

Mídias e religião como mediadoras da construção social em contextos de vulnerabilidade

Deivison Brito

Universidade Metodista de São Paulo (Doutorando e Mestre em Comunicação Social), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, São Bernardo do Campo, SP, Brasil
ORCID 0000-0002-7415-3769

Louis Marie Ndomo Edoa

Universidade Metodista de São Paulo (Doutorando em Comunicação de Riscos, Prevenção e Mitigação de Desastres ligados às Mudanças Climáticas em Territórios de Vulnerabilidades), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, São Bernardo do Campo, SP, Brasil
ORCID 0000-0002-3474-0475

Raphael Leal

Universidade Metodista de São Paulo (Doutorando em Comunicação Social), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, São Bernardo do Campo, SP, Brasil
ORCID 0000-0002-9552-096X

Resumo

Este artigo tem como objetivo demonstrar que os territórios de vulnerabilidade são espaços legítimos para a produção e a construção de conhecimento, evidenciando o papel central da mídia e da religião nesse processo. A pesquisa baseou-se em uma revisão da literatura dos campos de comunicação, mídia, geografia política, filosofia política e religiosa, bem como na análise da produção de conhecimentos. Foram investigadas as dinâmicas vivenciadas por populações marginalizadas e a utilização dos meios de comunicação e das práticas religiosas como instrumentos de ressignificação e o enfrentamento da exclusão social. Os resultados indicam que, ao se abrigarem na fé e ao se apropriarem dos recursos midiáticos, os sujeitos desses territórios constroem suas próprias narrativas, desafiando a visão dominante que os classifica como incapazes de gerar saberes. Constatou-se que o conhecimento emerge de uma diversidade de perspectivas sem que qualquer área detenha verdades absolutas. Conclui-se que as práticas midiáticas e religiosas funcionam como mediadoras essenciais na produção de conhecimento e na promoção do reconhecimento social, contribuindo para a transformação dos territórios vulnerabilizados e ampliando o debate sobre inclusão e justiça social.

Palavras-chave

Comunicação; Mídia; Religião; Território de vulnerabilidade; Geografia política.

1 Introdução

Alguns espaços sociais encontram-se, hoje, mais prejudicados que outros devido à ideia predominante do privilégio na construção do conhecimento. Dentre eles, destacam-se os territórios periféricos, marginalizados, invisibilizados e desprovidos de

meios que os habilitem a atingir o *status* de grandes centros de pesquisa. Esses territórios, aqui denominados de territórios de vulnerabilidade ou territórios vulnerabilizados, costumam ser retratados como espaços de precariedades, ausências e exclusão social. No entanto, por meio de suas vivências e dinâmicas, os sujeitos que habitam esses territórios buscam ressignificar suas condições e exercer seus direitos.

A superação dessas vulnerabilidades, entretanto, nem sempre é viável, o que reforça a visão predominante de que tais territórios são ambientes de luta, historicamente tidos como incapazes de contribuir para a produção de conhecimento. Refletir sobre essas lutas é um exercício indispensável para questionar as dinâmicas territoriais estabelecidas e o papel atribuído a essas populações. Tais territórios e seus habitantes são frequentemente analisados sob a ótica das desigualdades impostas por aqueles que os relegaram ao esquecimento, sujeitando suas populações a uma humilhação social sistemática, como descrito por Costa (2004). Essa situação interliga dimensões econômicas, políticas e de representatividade, aprofundando as desigualdades.

Os habitantes desses territórios enfrentam estigmas, frequentemente definidos por adjetivos e representações pejorativas que ignoram sua humanidade e singularidade. Essa desumanização, assemelhada ao conceito de invisibilização, constitui o mais radical dos sofrimentos enfrentados por indivíduos em situação de vulnerabilidade. Ela transcende as palavras, manifestando-se em ações concretas de exclusão, dominação e privação de direitos. Assim, os territórios de vulnerabilidade passam a ser classificados como espaços dependentes e incapazes de produzir conhecimento, ciência ou qualquer tipo de saber, fortalecendo uma visão de ciência como onipotente, soberana e indisponível ao diálogo, à relação e à compreensão.

Nesse cenário, as populações desses territórios buscam estratégias para superar a humilhação social e lutar por reconhecimento. Muitas vezes, essa luta inclui o refúgio na fé e/ou a apropriação de meios de comunicação como forma de enfrentar preconceitos e a sub-representação. Esse fenômeno é perceptível na presença expressiva de denominações religiosas nas periferias e na influência que a mídia exerce nessas comunidades, seja como mecanismo de alienação ou de dominação.

O presente artigo tem como objetivo demonstrar que a mídia e a religião desempenham papéis centrais na construção, produção e desenvolvimento de conhecimento em comunidades vulnerabilizadas. Argumenta-se que esses ambientes são tão capazes de produzir conhecimento quanto outros territórios frequentemente supervalorizados. A investigação se fundamenta em uma revisão da literatura nos campos de comunicação e mídia, geografia política, filosofia política e religiosa, buscando mostrar como a mídia e as religiões moldam o pensamento e o comportamento das populações desses territórios. O referencial teórico apoia-se em teorias de territorialidade e vulnerabilidade social (Ayres, 2003; Lima, 2016; Saquet, 2020), informação e comunicação (Wolton, 2010), antropologia e religião (Spyer, 2021), e compreensão e produção de conhecimentos (Künsch, 2020). Como resultado, demonstra-se que o conhecimento emerge de uma diversidade de perspectivas da realidade, enfatizando que nenhuma ciência detém certezas finais e absolutas.

2 Presença e atuação da mídia nos territórios vulnerabilizados

Quando ocorre um desastre natural no Brasil, em poucos minutos, os meios de comunicação de massa se mobilizam para veicular manchetes que, frequentemente, transformam a dor alheia em espetáculo. Inicialmente, há uma ausência de sensibilidade: o relato foca na tragédia, destacando o número de mortos, de desabrigados e de perdas totais. Em seguida, surgem dados sobre casas destruídas, inundadas ou condenadas pela defesa civil. Nesse processo, as primeiras narrativas chegam ao público via celulares, transmissões ao vivo pela televisão, atualizações na *internet* e no rádio, enquanto imagens se multiplicam por aplicativos de mensagens instantâneas.

Após essa abordagem inicial, surgem os relatos de sobreviventes, das lutas pelo resgate e a vida. Como um incêndio instantâneo, a tragédia se torna manchete. Apenas em um segundo momento, a preocupação com a condição humana e os esforços de recuperação tornam-se notícia. Essa dinâmica, repetida ano após ano, verão após verão, tragédia após tragédia, reflete uma triste realidade de um jornalismo que prioriza a

manchete sensacionalista em detrimento da precaução, educação, formação cidadã e dos direitos das populações em áreas e comunidades de risco.

Embora a mídia seja um sistema de comunicação complexo, muitas vezes ela se limita à construção de notícias que priorizam o impacto, negligenciando a humanização das narrativas. Antes de aprofundar esse fenômeno, é essencial diferenciar comunicação de informação. “É preciso impedir que a informação e a comunicação, até ontem fatores de aproximação, tornem-se aceleradores de incompreensão e de ódio, justamente por serem visíveis todas as diferenças e toda alteridade” (Wolton, 2010, p. 14). Essa reflexão é especialmente relevante em tempos de desinformação.

Moraes, Ramonet e Serrano (2013) destacam que a informação se refere a eventos que já ocorreram, alertando para os impactos das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação de massa. Muitas vezes, nos acostumamos a aceitar declarações de porta-vozes institucionais como se fossem informativas, quando, na verdade, têm caráter predominantemente comunicativo e de proximidade. É necessário buscar contrapesos para essas narrativas:

Muitas informações que lemos, escutamos no rádio ou chegam até nós por outros canais, foram emitidas por instituições. Nós nos acostumamos à apresentação de declarações de porta-vozes de instituições como se tivessem cunho informativo quando, na verdade, são de cunho totalmente comunicativo, e deveríamos procurar um contrapeso para isso (Moraes; Ramonet; Serrano, 2013, p. 61).

Dominique Wolton (2010) classifica a informação em três categorias: informação-notícia, produzida pela imprensa; informação-serviço, em crescente expansão devido à *internet*; e informação-conhecimento, desenvolvida por bancos e bases de dados. Contudo, ele aponta a ausência de uma “informação-relacional”, que valorize a interação humana e seja produzida pelos sujeitos locais. Essa lacuna é fundamental para pensar as relações entre mídia e as populações de territórios vulneráveis, promovendo uma abordagem mais humanizada, solidária e fraterna.

Quanto à definição da comunicação, Wolton (2010) parte de uma subdivisão com três dimensões principais: i) compartilhar, um desejo humano essencial de dividir e trocar experiências; ii) seduzir, presente nas relações humanas e no convencimento; e

iii) a capacidade de argumentação, usada para refletir sobre fatos e responder a questionamentos. Nesse contexto, após uma tragédia, que tipo de comunicação eficaz pode ser feita? É imprescindível que a comunicação busque prevenir, orientar, dividir responsabilidades, denunciar injustiças e valorizar as vozes das populações marginalizadas e das comunidades locais, destacando suas realidades e lutas.

A comunicação frequentemente serve para elogiar a instituição emissora, enquanto a informação deveria funcionar como contrapeso às narrativas institucionais dominantes. Comunicação “é um discurso que tem como objetivo elogiar a instituição que o emite”, enquanto “a informação não tem como objetivo elogiar a instituição que a emite, mas, pelo contrário, funcionar como um contrapeso ao discurso institucional dominante” (Moraes; Ramonet; Serrano, 2013, p. 60). No entanto, para equilibrar essa dinâmica, é necessário dar voz às populações afetadas, cujas histórias a mídia muitas vezes explora para alimentar um espetáculo de sofrimento. Ao agir como colonizadora das dores das vítimas, a mídia transforma lágrimas e desespero em valiosa mercadoria ao explorar sem limites as tragédias humanas, especialmente em áreas de risco e territórios marginalizados.

3 Prevenção como manchete da mídia

Para melhorar a comunicação da mídia nas situações envolvendo risco, vale a pena pegar como exemplo o relatório “Jornalismo preventivo e cobertura de situações de risco”, elaborado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), organização da sociedade civil ligada ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Já no primeiro capítulo do estudo, o órgão destaca a importância e postura dos meios de comunicação de massa diante de situações de risco:

Os veículos de mídia podem contribuir para que as pessoas assumam cuidados individuais, cobrem ações das autoridades e não entrem em pânico. Mais do que isso: podem colaborar para evitar que o problema alcance dimensões trágicas, atuando de forma preventiva e investigativa na elucidação do que os governos estão ou não fazendo para impedir ou minorar o impacto de situações anunciadas (ANDI, 2009, p. 6).

Na mesma linha de orientação, a Organização Mundial da Saúde (OMS) preparou, em 2009, um manual de comunicação eficaz durante emergências, atualmente adotado como referência pelo Ministério da Saúde no Brasil. Na introdução do documento, a OMS enfatiza os desafios de comunicação enfrentados por órgãos de saúde durante crises e ressalta a importância do planejamento prévio para minimizar danos secundários, como impactos econômicos e políticos:

A aprovação prévia de estratégias de comunicação ajuda a minimizar danos secundários (como efeitos econômicos ou políticos adversos) e conduz a uma maior confiança. Tal planejamento antecipado também aumenta a probabilidade de que a cobertura jornalística resultante promova os interesses da saúde pública e contribua positivamente com os esforços de resposta à emergência. Mensagens bem elaboradas e corretamente transmitidas pela mídia podem informar e acalmar um público preocupado, minimizar efeitos de informações imprecisas e focar a atenção no que é mais importante (OMS, 2009, p. 13).

Trabalhar a comunicação de risco é um processo desafiador que requer engajamento dos meios de comunicação para amplificar as vozes das populações e territórios marginalizados. Paul Slovic destaca que a palavra “risco” possui múltiplos significados, muitas vezes usados de forma inconsciente por especialistas. “Na verdade, um parágrafo escrito por um especialista pode usar a palavra várias vezes, cada vez com um significado diferente não reconhecido pelo escritor” (Slovic, 2002, p. 425). O autor apresenta diferentes interpretações, como:

- a) risco como perigo, quando este risco é derivado de uma ação exterior;
- b) risco como probabilidade, quando o risco possui consequência de uma ação primária danosa;
- c) risco como consequência, quando é fruto da consequência direta de uma ação;
- d) risco como sorte, possui uma característica econômica apresentando uma incerteza sobre ganhos futuros;
- e) risco como dano, quando é realizado por um agente e a consequência afeta o próprio agente;
- f) risco como tabu, é o perigo de alguma pessoa inserida na sociedade transgredir regras étnicas (Slovic, 2002, p. 426).

Com o intuito de reduzir os riscos na comunicação, Souza (2021) destaca a importância de uma presença constante na mídia e a importância de estabelecer um canal de comunicação claro e efetivo com a sociedade, que deve ser uma meta para as

lideranças. “Garantir e manter um potente canal de comunicação com a sociedade, com a clareza da importância de disseminar a ciência, combater o obscurantismo e ampliar a sustentação popular ao nosso sistema universal de saúde” (Souza, 2021, p. 12).

Motivados pelo desejo de dar voz às populações marginalizadas afetadas por desastres naturais, 29 estudantes do 7º período de jornalismo da Faculdade Canção Nova, no interior de São Paulo, desenvolveram, no âmbito da disciplina de projetos, uma grande reportagem em formato *Longform* intitulada “Tragédias Anunciadas”. O trabalho reuniu dados e informações sobre desastres naturais no Vale do Paraíba, Vale Histórico e Litoral Norte do estado. Para as reportagens, os alunos entrevistaram moradores das áreas mais afetadas, órgãos e especialistas da Defesa Civil, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Corpo de Bombeiros, além de voluntários que ajudaram as comunidades atingidas. O projeto foi diagramado utilizando a plataforma online Wix.

Figura 1 — Print da página do trabalho de extensão sobre desastres naturais produzidos pelos alunos do curso de jornalismo da Faculdade Canção Nova



Fonte: Acervo pessoal dos autores

A reportagem abordou os desastres naturais, apresentando dicas de prevenção, desafios enfrentados pelas famílias afetadas, os motivos que as levam a morar em áreas de risco e, ainda, a história do desastre mais marcante da região: a inundação de São Luiz do Paraitinga, em 2010. A reconstrução da Igreja Matriz foi um marco para a

comunidade, simbolizando não apenas a recuperação física, mas também a espiritual e cultural da cidade, dada sua relevância religiosa e histórica.

4 A presença da igreja evangélica nos territórios de vulnerabilidade

No Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o número de evangélicos no Brasil era de 42,3 milhões de pessoas, representando 22,2% da população. No Censo anterior, esse número correspondia a 26,2 milhões, 15,4% da população, um crescimento expressivo de 61% em 10 anos. Em 2023, os evangélicos representavam 30% da população, totalizando 60 milhões de pessoas, o que pode ultrapassar o número de católicos até 2032. Ainda segundo o estudo de 2010, aproximadamente 14 mil igrejas evangélicas foram abertas em todo o país (IBGE, 2025).

As denominações evangélicas têm conquistado espaços significativos na esfera pública, nas camadas sociais altas e baixas, incluindo os poderes executivo, legislativo e judiciário. Um exemplo foi a indicação do pastor presbiteriano André Mendonça ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Além disso, o voto evangélico tem desempenhado papel crucial nas eleições desde as presidenciais de 2018. Mas quem são os evangélicos? O que pensam? Como se organizam? Por que suas igrejas atraem tantos fiéis? Essas e outras questões foram abordadas pelo antropólogo brasileiro Juliano Spyer em seu livro *Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam*, publicado pela Geração Editorial em 2020, já em sua terceira edição.

Por meio de uma etnografia de “descrição densa”, conforme o conceito de Geertz (2008), Spyer mergulhou no cotidiano de famílias evangélicas da classe trabalhadora da periferia de Salvador, Bahia, entre os meses de abril de 2013 e agosto de 2014. Durante o período, Spyer frequentou cultos religiosos, conviveu com famílias e até enfrentou situações de risco ao ser ameaçado de morte por traficantes por ser confundido com um policial à paisana na comunidade. A experiência etnográfica de

participação em cultos e a convivência familiar permitiu-lhe compreender e classificar a igreja evangélica como um fator central de mudanças socioculturais em seu entorno.

A princípio, o objeto de estudo do pesquisador não eram os evangélicos. A ideia inicial foi pesquisar os usos das mídias sociais por brasileiros das camadas populares. Este percurso foi concluído e resultou em seu livro/tese *Mídias sociais no Brasil emergente*, orientado pelo professor Daniel Miller, do Departamento de Antropologia Digital da University College London (UCL), em Londres (SPYER, 2018). Mas a observação participante durante revelou dados interessantes à pesquisa de campo: mesmo em áreas periféricas, a diferença entre lares evangélicos e lares não evangélicos era bastante considerável. A maioria dos imóveis de famílias evangélicas tinham quartos individuais entre membros da família e a presença de certos itens “distintivos”, como televisão, celular, *internet* fixa, móvel, serviços de *streaming* etc.

5 Estado de bem-estar social informal

A presença dos evangélicos, sobretudo em áreas periféricas, destaca-se pelo acolhimento, escuta e solidariedade oferecidos às pessoas em situação de vulnerabilidade. As igrejas transformam-se em redes de apoio, especialmente para migrantes e imigrantes que buscam oportunidades de trabalho nas capitais, mas acabam concentrados nas periferias dos grandes centros urbanos. Assim, a igreja torna-se uma segunda família, um espaço de acolhimento onde é possível encontrar ajuda, tanto para os fiéis quanto para os moradores das comunidades.

Além disso, as igrejas ocupam uma lacuna deixada pelo Estado e passam a atuar como um “Estado de bem-estar social informal” (Spyer, 2021, p. 114). Exemplos dessa atuação incluem: oferta de vagas de emprego, recolocação profissional, atendimento psicológico, encaminhamento a clínicas de reabilitação, aconselhamento familiar e jurídico, doação de cestas básicas, creches comunitárias e proteção contra abusos e violência doméstica.

Por outro lado, a atuação dos evangélicos pode gerar controvérsias, especialmente entre aqueles que não professam nenhuma fé religiosa. No nível microssocial, a fé evangélica desempenha um papel importante em territórios de

vulnerabilidade, mas essa presença pode alavancar o poder político dos evangélicos ao permitir que ocupem espaços de decisão na sociedade. Isso pode levar à imposição de políticas públicas ou de ideologias sociais baseadas na fé, o que contraria o princípio do Estado laico.

A atuação dos evangélicos na política e na mídia é marcada por controvérsias. A Frente Parlamentar Evangélica, também conhecida como a “bancada evangélica”, tem demonstrado pouco interesse em questões de ordem coletiva e em pautas como igualdade racial, de gênero, defesa do meio ambiente, demarcação de terras indígenas, reforma agrária, combate à corrupção e ao trabalho escravo. Em vez disso, priorizam interesses privados, como isenção de impostos para igrejas, alvarás para abertura de novos templos e concessões para programas de rádio e televisão. Trata-se de um “projeto de poder”, como apontou a jornalista Andrea Dip (2019) em seu estudo sobre a bancada evangélica.

É necessário combater as representações caricatas dos evangélicos, especialmente aquelas veiculadas pela mídia. O foco deve estar na postura de certos líderes religiosos, e não no credo em si. É fundamental qualificar o debate público e reconhecer que, em meio às representações conservadoras, existem evangélicos comprometidos com os direitos das minorias e com pautas progressistas. Da mesma forma, existem intelectuais e acadêmicos sérios que buscam compreender o fenômeno evangélico por meio de reflexões que abarcam a diversidade de representações presentes na sociedade.

O termo “evangélico” refere-se a cristãos que se identificam com o “evangelicalismo”, doutrina surgida no século XVIII a partir das pregações de John Wesley, George Whitefield e outros, que enfatizavam a leitura da Bíblia e a experiência de conversão pessoal. Na contemporaneidade, o termo abrange um conjunto diverso de denominações pentecostais e neopentecostais, como Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil e a Igreja Universal do Reino de Deus, além das chamadas igrejas “históricas”, como a Presbiteriana, a Batista e a Metodista. As significativas diferenças entre as tradições e denominações ajudam a explicar por que a representação evangélica é uma questão tão contestada.

6 A questão da representação evangélica

A representação dos evangélicos, especialmente no jornalismo, é complexa. Em muitos casos, os evangélicos são retratados de forma positiva, como líderes comunitários engajados e defensores do bem comum. Por outro lado, outras reportagens enfatizam a intolerância e o fundamentalismo religioso. A cobertura jornalística, por vezes, é incompleta e tendenciosa, destacando aspectos negativos e exagerando a influência política e cultural. Em determinados contextos, líderes ou segmentos evangélicos utilizam sua influência para tentar impor suas crenças e valores no espaço público, o que pode gerar tensões em relação a direitos e liberdades individuais.

É essencial reconhecer que o jornalismo deve prezar pela imparcialidade, embora o conceito seja intensamente debatido, e apresentar diferentes perspectivas para construir uma imagem mais objetiva dos evangélicos. Como em qualquer tipo de cobertura jornalística, é fundamental que as informações sejam contextualizadas, permitindo que o leitor forme sua opinião de maneira fundamentada.

A sociedade está repleta de exemplos de representações evangélicas. Na cultura midiática, em filmes, novelas e séries de *streaming*, os evangélicos são frequentemente representados de forma estereotipada e caricata, como pessoas ingênuas, fanáticas ou até perigosas. Essas representações refletem percepções dominantes e ajudam a construir e perpetuar certas identidades sociais. No entanto, a representação dos evangélicos como “fanáticos religiosos” pode marginalizar esse grupo e justificar atitudes de intolerância religiosa.

Essas representações culturais, no entanto, não são imutáveis. Stuart Hall (2016) destaca a importância de examinar criticamente as representações culturais, questionando como são produzidas, quem as produz, em que contexto surgem e como moldam nossa maneira de pensar e de se relacionar com o mundo. Muitos evangélicos argumentam que tais representações são injustas, pois não refletem a complexidade e a diversidade de suas comunidades. Assim, uma abordagem midiática mais adequada incluiria a apresentação de visões de mundo mais amplas e diversificadas, indo além dos estereótipos e evidenciar as variadas crenças, práticas e experiências do grupo.

A mídia pode alcançar esse objetivo ao entrevistar uma ampla gama de líderes evangélicos e membros de diferentes comunidades, buscando uma compreensão mais ampla de suas perspectivas. Um exemplo de abordagem plural e abrangente do universo evangélico foi feito pelo jornalista Rodolfo Capler em seu livro *O país dos evangélicos: política e religião no Brasil contemporâneo* (2023). Outro caminho possível seria evitar estereótipos e sensacionalismo em suas representações. A telenovela “*Vai na fé*”, exibida pela Rede Globo entre janeiro e agosto de 2023, ilustrou como é possível abordar questões relacionadas à religião de maneira mais sensível e menos caricata.

As representações que permeiam a sociedade trazem consigo valores, identidades e significados que mobilizam um universo simbólico amplo. Elas podem tanto evidenciar quanto obscurecer sentidos. Um olhar comprehensivo sobre as representações midiáticas deve transcender uma visão positivista que as considera um reflexo da realidade e adotar uma perspectiva construtivista, que entende a realidade como uma construção simbólica. Nesse prisma, as representações são um meio de complexificar e reinterpretar o mundo social.

A herança estruturalista de Ferdinand Saussure, posteriormente ampliada pelos estudos de Roland Barthes, contribui para compreender como as representações circulam na mídia, enquanto simultaneamente contestam e reforçam estereótipos no tecido social. Essa abordagem ressoa em outras correntes teóricas, como a Epistemologia da Compreensão (Künsch, 2020), a Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 2018), as Epistemologias do Sul (Santos & Meneses, 2009) a Construção Social da Realidade (Berger & Luckmann, 2014) entre outras correntes teóricas.

Propõe-se, portanto, um “interrogatório da representação”, ou seja, uma análise de como os sentidos são produzidos e moldados pelas representações midiáticas. Como ressalta Marshall McLuhan (1971), vivemos em um fluxo constante de representações, como “peixes no aquário”, o esforço do pesquisador é justamente sair da água e observá-la de fora, buscando compreender o conteúdo que nos envolve (Ituassu, 2016).

As representações não apenas influenciam os significados produzidos na cultura, mas também moldam identidades e constroem certas noções de sujeitos. É fundamental reafirmar a necessidade de uma autonomia epistemológica que permita questionar como os significados são criados e como podem ser ressignificados. Tal abordagem é

importante ao analisar as representações que circulam na cultura midiática e que envolvem valores políticos identitários.

Nesse contexto, cabe destacar os estudos sobre a representação do negro na sociedade britânica empreendidos por Stuart Hall (2016). O autor argumenta que a representação não é apenas uma questão de identidade, mas também um caráter político relacionado aos modos de existir e aos valores sociais. Embora as representações deem visibilidade a certos significados, elas também podem promover apagamentos, distorções ou espetacularização, o que Hall chama de “o espetáculo do outro”.

7 Mídia e religião nos territórios de vulnerabilidade: o que esperar?

Optamos por não chamar esta seção de “considerações finais”, pois nosso objetivo não é encerrá-la, mas deixar pistas para um debate sobre as muitas questões abordadas ao longo deste trabalho. Para isso, retomamos a ideia inicial que guiou essa reflexão: evidenciar que os ambientes de vulnerabilidade social também são espaços de produção de conhecimento, no mesmo nível que outros territórios frequentemente supervalorizados. O conhecimento, afinal, é uma perspectiva plural da realidade, com a qual cada indivíduo lida de forma diversa.

Nessa direção, incorporamos o pensamento de Künsch (2020), que ressalta a importância de considerar todos os termos e nuances utilizados para compreender as formas de expressão e concepção do conhecimento em suas linhas e entrelinhas. Cada conceito carrega elementos essenciais para a construção e produção do saber. É justamente para evitar a chamada “violência do conceito”, como definida por Michel Maffesoli (2007), que preferimos não abordar o conhecimento como algo fechado ou definitivo. Esse tipo de visão isola o objeto e o trata como finito e acabado, desconsiderando sua dinamicidade.

A realidade dos territórios de vulnerabilidade tem se destacado tanto como espaço de construção de saber quanto como objeto de estudo ou provedor de conhecimento. Um exemplo notável é a comunidade de Heliópolis e seu laboratório “De

olhos na quebrada”¹, que, durante a pandemia de COVID-19, desempenhou um papel essencial ao produzir informações sobre a realidade local.

Recentemente, a rádio Heliópolis, em parceria com a Universidade Metodista de São Paulo e o Grupo de Pesquisa Jornalismo Humanitário e *Media Interventions* (HumanizaCom), desenvolveu, com o financiamento do Instituto Serrapilheira, o projeto de extensão “Helipa na Ciência”². Este projeto promoveu a conexão entre a comunidade científica e a maior favela de São Paulo, abordando temas como formação de cientistas periféricos, economia, emprego e renda, segurança alimentar, mudanças climáticas, poluição sonora e atmosférica, direito à cidade, cultura periférica e o genocídio da juventude negra.

Exemplos como o de Heliópolis demonstram que os territórios de vulnerabilidade já não se limitam a ser consumidores ou observadores da realidade social, mas têm assumido o protagonismo na construção de suas histórias. A desigualdade e a pobreza, comuns nessas regiões, sempre foram pontos de partida para compreender a sub-representação e as lutas desses territórios. Reconhecer isso tem levado cada vez mais moradores a buscar alternativas para escapar do esquecimento.

O crescimento exponencial dos meios de comunicação também desempenha um papel essencial nessa jornada. À medida que a mídia tradicional deixou de cumprir com o papel de informar e agregar, a comunicação alternativa, muitas vezes produzida pelos próprios territórios, vem ocupando esse espaço. Esse tipo de mídia é mais democrático e inclusivo, tanto dentro quanto fora das comunidades, ao promover maior visibilidade às questões locais. Aqui, visibilidade não significa apenas “aparecer”, mas sim pertencer a uma esfera de reconhecimento mediada pela própria produção comunicacional das comunidades. Permanecer invisível, por outro lado, implica em “não estar nos meios”, ou como McLuhan (1971) afirmou, “nem estar no meio”.

Além da mídia, a religião tem ocupado os espaços deixados pelos poderes públicos e pela mídia tradicional, contribuindo para a construção da identidade nos

¹ Página do Instagram do observatório: <https://www.instagram.com/dolhonaquebrada/>

² Helipa na Ciência é uma série de *podcast/videocast* sobre a produção, a dinâmica, o ciclo de vida e o papel da ciência de impacto social para a construção do Brasil de amanhã. Em seis episódios, o projeto promove a conexão entre a comunidade científica e a maior favela de São Paulo, discutindo temas como desastres e mudanças climáticas, o tempo da ciência e o da sociedade, saúde e bem-estar, ciências humanas e sociais, tecnologia e inovação, genética e biologia molecular. Disponível em: <https://serrapilheira.org/projetos/helipa-na-ciencia/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

territórios de vulnerabilidade. A religião e as mídias alternativas são cada vez mais valorizadas e encontram abertura significativa nesses contextos. Com sua capacidade de dar visibilidade e valorizar o que há nesses territórios, ambas evidenciam que a realidade e o conhecimento são dinâmicos, não estáticos.

A estagnação, associada ao erro, ignorância ou escuridão, é uma característica comumente atribuída, mas injusta, a esses espaços. Os territórios de vulnerabilidade, na verdade, oferecem a oportunidade de construir um novo paradigma na definição de conhecimento. Nesse sentido, Künsch (2020) levanta uma questão provocadora: não seria hora de pensar em uma epistemologia em constante revisão e atualização? Esse novo paradigma propõe um conhecimento fluido, capaz de acolher diferentes perspectivas e questionar as verdades aparentemente fixas.

Referências

- ANDI. Jornalismo Preventivo e cobertura de situações de risco: Uma análise do tratamento editorial dedicado pela imprensa brasileira à dengue e à febre amarela. Brasília- DF: Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2009. Disponível em: https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/febre_amarela.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.
- AYRES, José R. C. M; FRANÇA JÚNIOR, Ivan; CALAZANS, Gabriela J; SALETTI FILHO, Haraldo C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências.** [S.l: s.n.], 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001528349>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. 36ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social.** São Paulo: Globo, 2004.
- CAPLER, Rodolfo. **O país dos evangélicos.** Política e religião no Brasil contemporâneo. São Paulo: Fonte Editorial, 2023.
- DIP, Andrea. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** São Paulo: Editora LTC, 2008.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brasil | Pesquisa | Censo | Amostra – Religião – IBGE Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 1 mar. 2025.

ITUASSU, Arthur. HALL, Stuart. Comunicação e a política do real. Apresentação. In: HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Apicuri, 2016, p. 10-15.

KÜNSCH, Dimas. **Compreender**: indagações sobre o método. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2020.

LIMA, Filipe A. Territórios de vulnerabilidade social: construção metodológica e aplicação em Uberlândia-MG. **Dissertação de Mestrado**, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MCLUHAN, Marshall. **Guerra e paz na aldeia global**. Rio de Janeiro: Record, 1971.

MORAES, Dênis; RAMONET, Ignácio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. Rio de Janeiro: Boitempo, FAPERJ, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Comunicação eficaz com a mídia durante emergências de saúde pública: um manual da OMS. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/comunicacao_eficaz_midia_durante_emergencias.pdf. Acesso em 23 mar. 2025.

SANTOS, Boaventura S; MENESES, Maria P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. 5^a. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

SLOVIC, Paul. *Terrorism as Hazard: A New Species of Trouble*. Risk Analysis, 2002, p. 425-426. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/0272-4332.00053>>. Acesso em: 07 mar. 2025.

SOUZA, Sheila R. et al. **Ciência e SUS no cotidiano: reflexões sobre a cobertura da mídia durante a pandemia COVID-19 no Brasil**. SciELO Preprints, 2021. DOI: 10.1590/SciELO Preprints.2309. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2309/version/2446>. Acesso em: 08 mar. 2025.

SPYER, Juliano. **Mídias sociais no Brasil emergente**: como a *internet* afeta a mobilidade social. São Paulo: EDUC; UCL Press, 2018.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9^a ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

VAI NA FÉ. Telenovela brasileira, criação: Rosane Svartman; direção: Paulo Silvestrini. Exibida pela TV Globo de 16/01/2023 a 11/08/2023.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

Media and Religion as Mediators of Social Construction in Contexts of Vulnerability

Abstract

This article aims to demonstrate that territories of vulnerability are legitimate spaces for the production and construction of knowledge, highlighting the central role of media and religion in this process. The research was based on a literature review from the fields of communication, media, political geography, and political and religious philosophy, as well as on the analysis of knowledge production. The study investigated the dynamics experienced by marginalized populations and the use of media and religious practices as instruments for re-signifying and confronting social exclusion. The results indicate that, by taking shelter in faith and appropriating media resources, the subjects of these territories construct their own narratives, challenging the dominant view that classifies them as incapable of generating knowledge. It was found that knowledge emerges from a diversity of perspectives without any single field holding absolute truths. The conclusion is that media and religious practices function as essential mediators in the production of knowledge and in the promotion of social recognition, contributing to the transformation of vulnerable territories and expanding the debate on inclusion and social justice.

Keywords

Communication; Media; Religion; Vulnerable territory; Political geography.

Como citar

BRITO, Deivison; EDOA, Louis M. N; LEAL, Raphael. Mídias e Religião como mediadoras da construção social em contextos de vulnerabilidade. **Interfaces da Comunicação**, [S. l.], v. 1, n. 5, 2025, p. 1-17.

Recebido em: 20/06/2025.

Aceito em: 01/08/2025.